



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Prestar atenção à implementação da educação familiar

Desde que o Governo da RAEM apresentou, pela primeira vez, o “Plano educativo da vida familiar” no Relatório das Linhas de Acção Governativa em 2021, os respectivos trabalhos têm-se desenvolvido rapidamente. No mesmo ano, o Instituto de Acção Social e seis instituições particulares de serviço social criaram o “Grupo de exploração sobre a educação da vida familiar”, elaboraram, em conjunto, o “Plano quinquenal para os trabalhos de educação sobre a vida familiar”, e activaram a “Rede de informação sobre a educação da vida familiar”, enquanto a Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude assinou cartas de intenção com diversas associações e empresas, para colaboração no âmbito da educação parental. Todos estes trabalhos merecem o nosso reconhecimento.

Contudo, a educação familiar tem um âmbito muito abrangente. Tendo em conta a realidade social de Macau, a educação familiar, que é um problema para os encarregados de educação, inclui também a educação parental, a educação matrimonial, a educação sexual e a gestão dos recursos familiares, entre outros aspectos. Nos últimos anos, a taxa de divórcios em Macau tem sido elevada e a taxa de natalidade atingiu o nível mais baixo desde que há registos, e face ao aumento dos casos de suicídio e de tentativa de suicídio, o papel da educação familiar torna-se mais importante e diversificado, tratando-se assim de uma questão que envolve legislação e trabalho de diferentes serviços. Deste modo, o planeamento sistemático e a integração de recursos no âmbito da educação familiar, com vista à sua articulação com o actual desenvolvimento social, merecem uma reflexão aprofundada por parte das autoridades.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. O “Plano quinquenal de educação para a vida familiar” já entrou no seu terceiro ano de implementação. Qual é o respectivo ponto da situação? Foram alcançados os objectivos previstos e iniciados os respectivos trabalhos de revisão?

2. O âmbito da educação familiar aumentou, não existem actualmente disposições legais que a regulem, e a principal lei que concretiza a política familiar, isto é, a “Lei de bases da política familiar”, não é revista há mais de 20 anos, o que não se coaduna com a implementação da educação familiar na sociedade actual. Perante isto, o Governo dispõe de algum plano para a revisão da referida lei?

3. Face às mudanças da conjuntura social nos últimos anos, verificou-se em Macau um aumento da taxa de divórcios e uma redução da taxa de natalidade (por exemplo, pode verificar-se que, na base de dados sobre as mulheres, tendo em conta os factores “anos de casamento” e “idade”, os divórcios, na sua maioria, ocorreram entre os 5 e os 9 anos de casamento e entre os 30 e os 39 anos de idade). Como é que o Governo vai conjugar os diversos dados, para desenvolver mais trabalhos de educação familiar e adoptar medidas de apoio?

31 de Março de 2023

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,
Wong Kit Cheng**